

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se por plataforma digital os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Ana Lucia Rodrigues (13:33h – 16:15h), Anderson Dias do Rosário (13:19h – 16:14h), Angela Branco Guimarães (13:14h - 16:13h), Carolline Pereira de Araújo Maia (13:31h – 16:14h), Clicie Maria Cancelier Negoseki (13:26h – 16:14h), Eliel Dantas de Almeida (13:57h – 16:02h), Fábio Braun (13:20h – 14:10h), Isabel Cristina Zarpelon Trevisan (13:24h – 16:15h), Leila Gonçalves de Carvalho (13:23h – 16:08h), Louise Alves Schirmer (13:15 – 14:16h), Luiz Carlos Costa da Silva (13:21h – 16:14h), Marilza Aparecida Pereira Teixeira (13:21h – 16:14h), Marinês Gabriela Christoff Jarek (13:17h – 16:14h), Marlucy Cristine de Oliveira Ferreira (13:36h – 14:44h), Queila Cristina I. Batista Martins (13:17h – 16:14h), Raquel Santana (13:23h – 16:14h), Rodrigo Cardozo Gomes (13:18h – 16:14h), Stela Regina G. Wontroba (13:14h – 16:15h), Tatiane de Fátima Kuzma (13:29h – 15:36h) e os convidados: Carla Agulham (13:53h – 16:14h), Cristiani Carmezin (13:21h – 14:11h), José Eduardo (13:14h – 14:14h), Maria Madalena Hitner (13:14h – 15:59h) e Rosiani Franchetto (13:21h – 14:39h), tendo como pauta: 1- Faltas justificadas/injustificadas de Conselheiros; 1.1- Aprovação da Ata; 1.2- Desligamento de Conselheiros, 2- Prova São José dos Pinhais; 3- Relato de denúncias; 4- Calendário Letivo 2022, 5- Escolas Particulares (Pareceres...), 6- Correspondências emitidas e recebidas.

A 1ª Reunião Extraordinária do Pleno do ano de 2022 inicia-se com a Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais, Ana Lucia Rodrigues agradecendo a Conselheira Stela pela disponibilidade ao emprestar a plataforma Google Meet para que a gravação da Reunião seja feita. A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue explicando que em breve não precisará mais emprestar a plataforma, pois como Coordenadora da UNCME Paraná, conseguiu adquirir a sua própria plataforma no Google Meet. A Presidente Ana Lucia também cita sobre a compra da plataforma ter sido aprovada. A Conselheira Stela informa permanecer disponível para auxiliar o Conselho. A Presidente Ana agradece a presença de todos e inicia: “Vou fazer a chamada pra ver se há quórum, porque nós estamos aí com saídas de Conselheiros, entrando Conselheiros, as nomeações já vou falar sobre isso, eu só preciso ver se há o quórum para a reunião e aí já coloco algumas coisas para vocês importantes sobre isso.” A Presidente Ana realiza então a chamada. Durante a chamada a Conselheira Louise justifica que saíra mais cedo da reunião por motivo de saúde, a mesma tem uma consulta médica. A Presidente Ana conclui a chamada, faz a contagem de presenças e verifica-se que há quórum sim. A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue para a segunda pauta: “A aprovação das Atas, nós não fizemos o encaminhamento das atas, faremos o encaminhamento das atas do dia 12-04 e 12-05 agora após a reunião, se houver observações, nós retomamos na próxima reunião e não aprovamos. Se não houver observações, nós podemos contar com ela como aprovada. Vocês concordam com isso? Eu preciso que vocês coloquem no chat se vocês concordam com isso.” O Conselheiro Luiz se manifesta: “Ana, só para deixar registrado na Ata, dá para colocar igual foi feito na outra vez? Conselheiro ‘tal’.” A Presidente Ana Lucia pergunta se o Conselheiro Luiz está se referindo ao controle de votação, o mesmo confirma ser isso e a Presidente Ana aprova. A votação sobre o modo de aprovação das Atas das reuniões anteriores inicia, e o votos concordantes são dos Conselheiros: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Fábio Braun, Isabel Cristina Zarpelon Trevisan, Queila Cristina I. Batista Martins, Raquel Santana, Rodrigo Cardozo Gomes, Stela Regina G. Wontroba, Angela Branco Guimarães, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Luiz Carlos Costa da Silva, Tatiane de Fátima Kuzma, Carolline Pereira de Araújo Maia, Leila Gonçalves de Carvalho, Louise Alves Schirmer, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Marinês Gabriela Christoff Jarek e Marlucy Cristine de Oliveira Ferreira. Nenhum voto contra. A Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue: “O pessoal que ainda não foram nomeados, como é que fica? Eu não falei sobre isso, não é? As nomeações foram encaminhadas, e conforme a Diana do

Gabinete me passou, desde o dia 1° de junho saiu do Gabinete da Prefeita, entretanto está na PGM. Portanto, se nós tivermos novidades nesse período, não é, Carol? Nós passamos para vocês. então nós realmente dependemos da PGM. Eles também não tem só isso, é isso que eles colocam sempre pra gente. Ele tem que ir da SEMED, a SEMED que faz o encaminhamento para a PGM, a PGM verifica se está tudo correto e encaminha para o Gabinete da Prefeita e do Gabinete da Prefeita volta para a PGM. A Carol está colocando: 'Liguei hoje e está na PGM desde o dia 30/05.' Então assim, não é só agora que acontece isso, acontece sempre. É demorada, a Carol sabe porque ela está lidando bastante com isso, quem é Conselheiro antigo sabe que demora. Nós sempre fazemos essa colocação aqui porque o pessoa começa a colocar assim, um grupo de Pedagogos, hoje estou sem a representação de Pedagogos, mas a Marilza até faz parte e ela viu que ele acabam detonando o Conselho, colocando a culpa no Conselho, não é Marilza? Eu acabo não respondendo porque se eu responder não vai ser fácil a minha resposta. Então eu não coloco a minha resposta. É como se o Conselho é culpado, e mesmo assim, tem colegas nossos aqui da Secretaria que faz parte do grupo e detona junto, está no Conselho e faz isso também. Então assim, só para colocar para vocês, gente, não é o Conselho. O Conselho fez os encaminhamentos. Nós demoramos com os encaminhamentos? Sim, porque nós precisamos ter as cartas de desligamento, nós precisamos ter tudo correto senão a PGM não nomeia. Portanto, nós tivemos que esperar também o colega de férias, nós estávamos substituindo esse e colocar um número maior possível porque nós sabemos que demora. E agora nós temos outros encaminhamentos. Eu nem esperei o SINSEP fazer o encaminhamento porque eles demoraram e o pessoal sabe, quem acompanha comigo, e eu coloquei isso para vocês, eu estou desde março pedindo para o SINSEP e eu enviei 4 comunicados sobre isso. Falei com a Sâmia, eu disse: 'Agora não tem representação nenhuma do SINSEP'. Então eu não quero reclamação porque vocês não fizeram encaminhamento, e eu tenho aqui o documento do SINSEP para ler para vocês. E eu vou devolver o encaminhamento novamente porque eles não seguiram a Legislação. Nós teremos que fazer isso novamente." A Presidente Ana comunica que a Conselheira Leila registrou no chat da reunião estar com problema no celular. A Presidente Ana Lucia dá continuidade a reunião: "Alimentação, nós também pedimos ao Conselho de Alimentação fazer o encaminhamento porque a Beatriz não apareceu mais, então nós tivemos que desligar. Devido a questão do PSS, nós não fizemos a eleição dos Professores. Ele vem depois, portanto teremos que fazer isso agora logo no início de março para fazer essa eleição e fazer uma eleição novamente para o Ensino Superior porque a Karyn saiu e praticamente ela não justificou, ela também tem mais de 3 ausências. A única coisa que ela fez foi me enviar uma mensagem no celular e eu pedi para ela encaminhar por e-mail porque eu preciso que seja oficial. Ela se desligou da faculdade, não trabalha mais lá, portanto ela disse que não tem como representar a Instituição e realmente, mesmo sendo do Ensino Superior, ela teria que estar ligada ao Ensino Superior trabalhando com Pedagogia porque é da área da Educação. Agora eu também vou fazer esse encaminhamento, é somente nesses casos quando são faltas injustificadas que nós não precisamos da carta, mas eu preciso comunicar a PGM que essas pessoas ausentes. Demora juntar todos esses documentos porque as pessoas demoram para fazer seus encaminhamentos, e as vezes fazem encaminhamentos de forma incorreta e aí nós temos que devolver e pedir novamente. Eu tive problemas aí porque eu tive que fazer várias vezes com uma das pessoas que se desligaram e demoravam para me responder e me retornar a carta. Ela tem que estar de acordo com o pedido da pessoa. Não é assim 'Ah, eu estou pedindo só agora.' Não, você pediu na reunião, eu preciso da data de reunião que você fez o desligamento. São essas questões todas. Nós também tivemos o desligamento da Larissa da Nutrição, então agora nós também vamos colocar, vai ter que fazer dela. A Karyn que saiu, nós temos a questão do Anderson para verificar porque o Anderson trocou de setor, ele estava representando a Divisão de Estrutura e assim a Divisão de Estrutura fica sem representação. O

Rodrigo é o chefe da Divisão, mas ele está como representante do FUNDEB aqui dentro do Conselho, então ele vai conversar com o Secretário para ver como fica, para nós vermos se faremos esse encaminhamento, nós precisamos fazer ainda antes de encerrar o semestre. Nas questões das nomeações e desligamento de Conselheiros, nós precisamos pontuar aí para fazer essas novas solicitações. Então tem da Alimentação, do SINSEP, a substituição da Larissa, da Karyn, ainda ver do Professor e a questão da Divisão de Estrutura. Tem os segmentos aí, mais segmentos. E se mais alguns se desligarem, daqui a pouco eu não vou poder fazer reunião mais. Isso aconteceu em 2018, não pudemos mais fazer reuniões porque não tinha quórum e nós precisamos do quórum. Na verdade em 2019 também.” Nesse momento o Conselheiro Eliel comunica a Presidente Ana Lucia Rodrigues sobre ele não estar conseguindo entrar na reunião. A Presidente Ana Lucia comunica a Conselheira Stela. A Presidente Ana informa que a convidada Carla Agulham conseguiu entrar na reunião, a mesma cumprimenta a todos e a reunião segue. A Presidente Ana comunica: “Hoje tem a reunião de transição entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental. É uma importante reunião e a Miliana teve que acompanhar, então a Carla vai ficar hoje como ouvinte e participando aqui da reunião só para a Educação Infantil ter as informações. A Queila colocou que ela estaria entrando na reunião e o Eliel não entrou ainda, não sei o que aconteceu.” A Conselheira Stela comenta: “Estranho porque eu dei o aceite pra ele, mas ele não entrou na lista. Você quer tentar pedir para ele entrar novamente? Por que uma vez que some a notificação, eu não consigo.” Enquanto isso é resolvido, a Presidente Ana Lucia Rodrigues continua: “Então, só colocar essas informações também da questão dos Conselheiros, e nós daremos prosseguimento. E lembrando sempre para vocês que está eu, Ana Lucia, trabalhando efetivamente pelo Conselho com a minha estagiária. E nós não damos conta de tudo também, portanto, tem coisas que vão atrasar. E nós precisamos fazer outros encaminhamentos, eu não tenho só o Conselho, nós temos outras representações. Então aqui, nessas questões eram isso, os que estão aguardando a nomeação, é chato? É, realmente. Nós precisamos que vocês sejam nomeados porque nós precisamos não só da participação, mas que vocês também possam votar. Então agora nós temos aqui a Prova São José dos Pinhais que eu coloquei lá. Foi feito um repasse para as Unidades sobre como foi feito essa avaliação, eu chamei a Diretora de Departamento. Nós também solicitamos cópia dos documentos, nós temos as cópias aqui, é um documento com várias cópias de como foi a aplicação das provas Paraná e a Prova São José. A Cristiani Carmezin e a Rosiani Franchetto estão aqui, a Cris vai dar uma palavrinha porque ela tem uma reunião e a Rosi vai dar continuidade. Cris, obrigada por estar aqui conosco, a palavra é sua.” A Diretora de Departamento do Ensino Fundamental Cristiani Carmezin se pronuncia: “Boa tarde a todos e a todas, é um prazer e uma satisfação estar nesse espaço on-line de reunião de vocês, já aproveito para agradecer à Ana Lucia e através do agradecimento à Ana Lucia, estendo a todos os Conselheiros. Então, gente, nós estamos aqui para falar um pouquinho para vocês de uma avaliação diagnóstica em larga escala que é a nossa Prova São José dos Pinhais. Hoje nós temos a prova a nível Federal que é a Prova Brasil, temos a prova a nível Estadual que é a Prova Paraná e graças a Deus avançamos para a nossa prova, instrumento nosso que é a Prova São José dos Pinhais. Essa avaliação diagnóstica foi elaborada desde o ano passado, em meio a Pandemia, nós já pensamos em um instrumento diagnóstico e para esse ano, nós ampliamos para a nossa Prova. Então essa Prova foi elaborada pelos coordenadores aqui do Departamento do Ensino Fundamental e ela estende-se para todos os estudantes, para 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano. Qual o objetivo dessa prova? Essa prova é para auxiliar os Professores, Pedagogos e Diretores a estarem acompanhando o processo de ensino e aprendizagem das nossas crianças. Então, justamente pensando nesse momento delicado de Pandemia, dois anos de defasagem, nós pensamos nesse instrumento. Então partimos para a 1ª Edição, e para o segundo semestre nós temos a 2ª Edição. Nós elaboramos 3 cadernos, nós temos o caderno 1 que ele contempla Língua Portuguesa com 5 questões e

Matemática também com 5 questões. O caderno 2 que tem duas questões de Ciência, 2 de Geografia, 2 de História, 2 de Ensino Religioso e 2 de Artes. E temos o caderno 3 que nós pensamos também focado para a Educação Física, no componente Educação Física, então esse caderno tem a proposta de 3 atividades práticas. Quem aplica é o Professor de Educação Física. Portanto, nós ficamos bem felizes até com o resultado, esperávamos que o resultado seria um fracasso, mas diante do resultado, nós ficamos bem satisfeito. Claro, temos muito o que avançar. Então, a Rosiani vai para vocês um pouquinho do nosso resultado, nós fizemos essa devolutiva com todas as Unidades, foi tabulado aqui pela Secretaria, nós transformamos em uma nota a nível Município, mas cada Unidade tem a sua nota por componente por turma, e nós transformamos a nossa a nível Município. Agora eu deixo com vocês para não tomar muito tempo de vocês, eu sei que se for passar todos os detalhes, acaba prolongando a reunião e não é essa a intenção. Muito obrigada, Ana, obrigada pela oportunidade. A nossa intenção é manter essa Prova e precisamos avançar com 3 Edições essa prova pensando em trimestres, uma edição para o 1º trimestre, para o 2º e para o 3º. Então, Ro, eu passo para vocês. A Rosiani é coordenadora do PAS e está a frente dessa organização aqui com a gente no Departamento da Prova São José. Ana, mais uma vez obrigada pela oportunidade.” A Presidente Ana Lucia agradece as palavras da Diretora Cristiani e passa a fala para a Coordenadora Rosiani que inicia: “Olá, boa tarde, estão me ouvindo? Estou fazendo essa apresentação porque desde o início até a finalização a Prova São José dos Pinhais estava sob a minha coordenação aqui com a equipe, certo? Luiz, pode começar a apresentação. A Cris já explicou mais ou menos como ela foi organizada, qual o objetivo, por quem foi organizada, eu só queria destacar que essa 1ª Edição é com um olhar para os objetivos de aprendizagem do ano anterior ao ano que o estudante está cursando, então se o estudante é do 3º ano, a 1ª Edição foi elaborada em cima dos objetos de conhecimento, dos objetivos de aprendizagem do 2º ano, do ano anterior.” Nesse momento o Conselheiro Luiz questiona se todos estão vendo a apresentação por slide na reunião. Todos os participantes confirmam estar vendo sim e a reunião continua. A convidada Rosiani prossegue com a sua apresentação: “Então, a 2ª Edição que será no 2º semestre já está elaborada, está em fase de edição para ir para a gráfica, ela será voltada para os objetivos do ano que o estudante está cursando. Bom, vamos então para os resultados, esse material que eu estou apresentando para vocês foi apresentados para Diretores e Pedagogos de todas as Unidades do Ensino Fundamental, e ele conta como o início ali mostrando um pouco do objetivo da avaliação em larga escala que é a Prova São José dos Pinhais, e aí já vamos para o resultado. Eu tenho cada questão nesse material aí que o Luiz já tem a cópia dele, depois se algum Conselheiro quiser esse material para analisar melhor, fique à vontade para estar solicitando. Luiz, pode passar para os resultados para eu estar apresentando as médias. Nós calculamos a média de cada componente curricular para cada ano e também nós calculamos a média de cada ano e depois a média do Município. Os resultados contam com a média mesmo das escolas que até a data da apresentação que foi dia 08 de junho para entrando no 2º ano, começamos as Unidades de todas as escolas que já haviam lançado os resultados, o resultados por estudante e por componente por questão que a escola na hora que digita lá na planilha as respostas de cada estudante, já vai gerando o gráfico daquela turma e daquela questão, então a Unidade tem em primeira mão os resultados do estudante e da sua Unidade para poder estar acompanhando e traçando estratégias, certo? Bom, vamos começar. O caderno 1 contava com a Língua Portuguesa e Matemática, o 1º ano a aplicação foi de aproximadamente 3.019 estudantes. Eu digo aproximadamente porque nós fechamos o resultado antes que todas as escolas já tivessem terminado de lançar o seu porque não tínhamos mais tempo para fazer essa devolutiva ali para eles, e a média para o 1º ano ficou em 8.1. Matemática, então, para o 1º ano a média ficou em 9.1. nós percebemos que o 1º ano foi o ano mais tranquilo, exceto o componente curricular de Ciências. As questões eram um pouco mais complexas de observação de ambiente e

a média para Ciências ficou 4.8. para Geografia, Geografia fez uma apresentação um pouco diferente, apresentou não por ano, mas apresentou por eixos aí que se conversam, o 1º ano ficou com 8.6 a média do 1º ano. História, 1º ano, o resultado das questões ficou em 8.3. Ensino Religioso, Ensino Religioso também é algo que eles começam a trabalhar no Ensino Fundamental, então 7.3 a média. Arte também é um componente curricular obrigatório e ele ficou com a média de 8.2. E Educação Física, depois de anos de Pandemia, os estudantes trancados em casa, a média para o 1º ano ficou em 8.2. Agora entrando no 2º ano, começando com a Língua Portuguesa, nós gostaríamos de chamar atenção para a Língua Portuguesa na questão dos níveis de escrita que a 5ª questão foca nisso, a média para Língua Portuguesa ficou 6,7. Como nós calculamos com a questão aberta como a questão 5 que era conforme os níveis de escrita, nós optamos por incluir como, digamos, correta, a resposta que a gente almeja de todos, que todos estejam no nível alfabético. Por isso essa questão derrubou um pouquinho aí o resultado do 2º ano, 6.7. matemática para o 2º ano, também as questões ficam um pouco mais complexas do que o início do ano, mas mesmo assim eles não ficaram tão mal, eles ficaram com 7.2 de média para o 2º ano. A prova foi aplicada para mais ou menos 3.075 estudantes do 2º ano. Em Ciências, o 2º ano já se saiu bem melhor do que o 1º, a média ficou em 7.8 ou 6, não consigo verificar porque está bem pequeno aqui para mim. Geografia, o 2º ano também, repetindo a Professora apresentou os resultados por bloco de conhecimento, então ela não está por ano, mas a média ficou em 8.5 para Geografia no 2º ano. História, 7.4. Ensino Religioso para o 2º ano, a média ficou em 6.6 e Arte para o 2º ano 6.7. O que pode assustar um pouquinho é 'Nossa, mas Ensino Religioso, Arte, média 6 e pouco?', Educação física 6.6. o que acontece ali no 2º ano? Nós viemos de uma cultura que no componente de Arte é trabalhado muito a Arte Visual, e o componente de Arte tem outras unidades temáticas, tem a dança, tem o teatro, tem a questão da música, então a nossa formulação foi privilegiando todas as unidades porque a orientação de trabalho é que sejam trabalhadas a cada trimestre todas as Unidades e não focar demais nas Artes Visuais que já é uma cultura antiga. Portanto, nós sentimos que nessas outras unidades temáticas deu uma balançadinha aí. Certo? O 3º ano teve a mesma questão para Língua Portuguesa, que a questão 5 foi voltada para os níveis de escrita e nós percebemos também um avanço, uma melhora. O número de estudantes no nível alfabético é bem maior do que os estudantes do 2º ano, por isso a média para o 3º ano em Língua Portuguesa ficou 7.1. Matemática, as questões ficaram bem mais complexas e a média já caiu um pouco, a média em Matemática ficou 6.0. A questão aqui da Matemática é que o domínio inicial, por exemplo, de calendário, já muda bastante, ele não é mais saber os dias corridos e sim principalmente a questão de intervalo de tempo, então essa complexidade pesou bastante, a questão da quantificação também já é bem mais acentuada para o 3º ano, então, eles sentiram um pouquinho. Ciências, o resultado para o 3º ano ficou 7.0 de média. Geografia no 3º ano a média ficou de 5.5. a questão da geografia vocês vão ver também no 4º ano que está bem preocupante e aqui nós relembramos a Deliberação nº17/2021 do Conselho Municipal que é a carga horária mínima semanal, mas nós ainda temos bastante dificuldade de ir lá dentro da sala de aula quando a aula é efetivamente administrada de que muito Professores cumpram essa carga horária obrigatória. Muito focam na ansiedade maior que é a Língua Portuguesa e a Matemática e esquecem-se dos outros componentes curriculares. 3º ano para Ensino Religioso 7.7. Arte para o 3º ano ficou em 6.7 e a Educação Física 5.2. Aqui nós vemos a questão, as atividades foram voltadas para a coordenação motora fina, estudante com a idade bem mais avançada e nós acreditamos que os 2 anos de pandemia, de isolamento social, muito preso dentro de casa, parquinhos fechados, fora da escola, pesaram um pouco para essa recuperação desse desenvolvimento motor. 4º ano é a turma que as Unidades têm sinalizado que a dificuldade maior está aí porque são os estudantes que estavam no 2º ano em 2020 quando iniciou a Pandemia e voltaram agora no 4º ano. Então, está bem complicado os resultados. Em língua Portuguesa 5,9, as Unidades finalizam

grande número de estudantes que ainda estão no processo inicial de alfabetização, eles tinham que escrever frases e eles tiveram dificuldades nessa escrita de frases. Portanto, por isso que houve essa queda aí na Língua Portuguesa para o 4º ano. Esse é o que temos em mãos. Em Matemática também as questões ficaram bem mais complexas, as médias ficam 5.8. Principalmente na questão de medida de tempo, calendário, hora, isso os estudantes demonstram bastante dificuldade em saber o intervalo de tempo, reconhecer que um dia vem após o outro, quantos dias tem na semana, isso dominam, mas no 4º ano é necessário mais para esse entendimento e eles demonstram bastante dificuldade. Ciências foi tranquilo para o 4º ano, a média ficou em 7.3 e agora, Geografia foi bem despenhado porque no 4º ano eles precisavam de alguns pré-requisitos importantes para a compreensão ali do espaço geográfico, do entendimento dos termos relacionados a Geografia e a gente percebe que isso tem uma lacuna bem grande. Apelamos muito para os Diretores e para os Pedagogos da importância do cumprimento dessa carga horária com a História e com a Geografia principalmente que tem sido deixado de lado de trabalhos semanais, e também da importância de usar e explorar os termos de cada componente. Se eu vou trabalhar 'família' em História que é um objeto de conhecimento, eu tenho que trabalhar 'família' no contexto de História. Esse entendimento tem sido constantemente trabalhado e explorado pelos coordenadores nas formações, mas nós estamos quebrando uma cultura bem enraizada, quebrando um paradigma para falar para vocês. História para o 4º ano 5.4 e Ensino Religioso para o 4º ano a média ficou em 5.5. Arte a média para o 4º ano ficou em 7.3 e Educação Física também ficou um pouco abaixo, e nós acreditamos que também tem essa justificativa dos dois anos de Pandemia, principalmente para as questões voltadas para a coordenação motora fina, elas deixaram bastante a desejar porque ainda estão em desenvolvimento. 5º ano, finalizando o nosso último ano, Língua Portuguesa nós finalizamos ali a questão 5 com a proposta de escrita de um bilhete, a média ficou 6.6. Eram questões mais referenciais, mas eles deram conta de se manter na média, Matemática, as questões também já necessitavam de um pouco mais de conhecimento, de pré-requisitos das lacunas que ficam do primeiro até o 5º ano, elas dão uns tombos maiores aí nos anos finais. Portanto, ficou 4.2 para Matemática. Ciências foi mais tranquilo para o 5º ano, ficou com 8.9. Geografia, a média ficou em 6.6. História, a média do 5º ano ficou 4.7. aqui também a coordenadora Franciele explicou no dia da apresentação para Diretores e Pedagogos que as questões pediam um pouco mais de conhecimento histórico em relação aos termos. Por exemplo, tinha uma questão que falava sobre Patrimônio Histórico, eu não precisava conhecer a cidade, mas precisava entender o que era o Patrimônio Histórico no 5º ano, então foi isso que deixou lacunas. Ensino Religioso para o 5º ano, a média ficou 7.0. Arte ficou no 5º ano também se manteve na média, 6.5 e Educação Física para o 5º ano, a média ficou 6.3. Agora eu tenho para vocês algumas questões que a Pedagoga Késia apresentou para os Pedagogos de reflexão sobre como conduzir o trabalho para pensar em estratégias para buscar o que precisa ser sanado para este ano ainda e a média para cada ano que nós temos pra vocês, se puder ler pra mim, Luiz, eu agradeço." O Conselheiro Luiz inicia a leitura: "A média do 1º ano 7.8, média para o 2º ano 7.1, média para o 3º ano 6.5, média para o 4º ano 5.7, média para o 5º ano 6.3." A convidada Rosiani continua: "A Prova como ela é diagnóstica, ela só mostrou aquilo que estão nos apresentando desde o início do ano, as Unidades, que o grande terror está no 4º ano. Esse estudante que ficou dois anos em casa e muitos retornaram no mesmo nível de quando iniciou a Pandemia, início de 2º ano. E a média geral de Município ficou de 6,6. Já orientamos Diretores e Pedagogos, já disponibilizamos a gravação dessa orientação para todos eles, se precisarem retomar com suas equipes assistindo cada coordenador falar em como avançar naquilo que ficou ruim ali em cada questão, cada objeto, objetivo que ficou a quem do esperado, e muitos estão se preparando para a reunião pedagógica do dia 25 estar conversando com os seus Professores e outros já começaram a conversar nas permanências a partir da devolutiva. Era isso, nos colocamos a disposição para

maiores esclarecimentos e agradecemos imensamente a oportunidade de estar apresentando os resultados.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues retoma a palavra e inicia: “Obrigada Rosi, mas assim, eu preciso, porque como eu recebi esse como encaminhamento do gabinete para as Unidades, e aí nós faremos a análise, por isso que eu solicitei que a Cris, você ou o Fundamental viesse e fizesse essa apresentação dos resultados. Claro que nós temos toda uma preocupação em relação as áreas do conhecimento, os componentes curriculares que ficaram com defasagem, digamos, abaixo da média. E uma preocupação maior com o 4º ano, mas eu também sou Pedagoga, até 2020 nas Unidades de Ensino, 30 anos dentro de escola, então esses dois últimos que eu estou aqui dedicada ao Conselho, mas nós sabemos e até discutimos isso na própria Conferência que aconteceu agora, a Estadual de Educação, a questão do Ensino Remoto, o quanto prejudicou. Essa turma que hoje está no 4º ano era uma turminha de 2º ano quando começou a Pandemia. Então eles ficaram aquele ano inteiro e o 2º ano é um ano fundamental para alfabetização. A gente inicia antes, mas o 2º ano é fundamental, digamos que é aquele que o que não está alfabetizado realmente acaba ficando. Nós sempre tivemos um número maior das crianças que reprovam é no 2º ano justamente pelas questões de alfabetização, um dos Pareceres, até o Parecer nº18 do Conselho Nacional e que a gente teve a data de corte é justamente porque ela mexe muito com a alfabetização. Então, essas crianças que estão hoje no 4º ano, elas fizeram o ano de alfabetização 2020 e o fechamento da alfabetização 2021 em ensino remoto. E aí os resultados para o 4º ano presencial é esse. É uma dificuldade enorme, essa dificuldade foi prevista pelo Conselho Nacional, pelos Conselhos, por nós aqui, por todos os professores porque nós sabíamos. Lá no começo de 2020 quando começou, o que nós pensávamos? Que iria durar no máximo 1 mês. Era pra ser uma semana ou duas e demorou dois anos. Nós temos aí o 3º ano que a escola acaba sendo híbrida quando acontece quando tem contaminação e nós ainda temos a questão da PANDEMIA, nós acabamos dispensando às vezes uma semana inteira que eles têm que ficar em casa porque um grupo ou a professora acabou pegando COVID-19. A COVID-19 ainda está muito séria. Eu tive uma reunião hoje com o Conselho Estadual do FUNDEB, a Presidente Estadual está mal de COVID-19. Tomou todas as vacinas, mas ainda está mal de COVID-19. Nós temos aí reações diferentes, tem pessoas que tomou vacina e não está tendo reação, se pega acaba não tendo reação nenhuma, mas nós temos pessoas que mesmo tomando a vacina tem reações fortes. E isso vai acontecer com os professores e com as crianças. Portanto, nós temos ainda um problema sério, muito sério eu digo, por isso tem essa minha preocupação. O 5º ano é a questão da Matemática e a Matemática é muito forte a partir do 3º ano, o 2º é, o que o professor trabalha lá no 2º ano, e eu fui professora do 2º que hoje é o 3º ano, que é fundamental na Matemática. Se o 2º ano é na alfabetização na Língua Portuguesa, o 3º ano é alfabetização Matemática. E ficou faltando, claro. E aí essas crianças no ano de 2020 3º, ano de 2021 4º e estão voltando no presencial para o 5º, as dificuldades são seriíssimas aqui. Então são apontamentos importantes que você coloca. Na questão da História e de Geografia, por ser Pedagoga há tantos anos, eu concordo com você. Eu muitas vezes tive que pedir o cronograma de trabalho, seus horários de trabalho porque nós percebíamos que História e Geografia ficavam paradas. ‘Eu estou com muita dificuldade em Língua Portuguesa’, mas você pode trabalhar dentro da História e da Geografia, quem disse que não? Você pode trabalhar, mas você não pode deixar de trabalhar os componentes que nós temos lá para o trabalho de História e Geografia. Não tem como não trabalhar, eu preciso trabalhar isso. Aí nós pedíamos o horário para o professor e é isso que tem que fazer, tem que pedir o horário e muitas vezes nós temos que entrar lá para ver se está cumprindo esse horário. A Ciências melhorou desde que a Ciências foi colocada para cobrir permanência e aí é um professor específico que trabalha Ciências. Assim mesmo a gente vê alguns apontamentos, algumas dificuldades que eu vi no 4º ano, mas nós não podemos deixar, não podemos esquecer que as outras áreas do conhecimento estão ligadas a Língua Portuguesa. Então são apontamentos

importantes. Pena que não tem a Cris aqui para poder perguntar, mas nós também vamos perguntar isso, eu acho importante perguntar por Ofício, é o que se planeja agora para melhorar esses resultados? Nós não estamos falando do resultado numérico, nós estamos falando do resultado de aprendizagem. Então, o que precisa? Um dos apontamentos o Conselho Nacional de Educação quando colocou a questão da Pandemia, ela colocou no Parecer de 2021 que todos os Municípios teriam que investir na Educação, aumentar o número de Professores, ter o seu apoio pedagógico, seu reforço que seja, no nosso Plano Municipal de Educação ele já conta lá também o pedido da corregência que é aquele professor que vai auxiliar o Professor regente. São lutas que agora nós teremos que ter porque a gente precisa. Claro que nesse momento com falta de professores e nós com PSS, a primeira luta é colocar o Regente na sala de aula. Mesmo saindo o PSS, fazendo o chamamento, foi chamado os 100, e ainda não se conseguiu os 100. Não sei se fechou, Madalena, hoje de manhã?" A convidada Madalena responde que faltou apenas 1. A Presidente Ana continua: "Faltou 1? Foram vários chamamentos feitos para poder fechar os 100 pedidos, e o Fábio colocou que já tem um pedido aí para quantidade maior porque tem que ir para as Unidades, gente. Tem que ir imediatamente isso para a Unidade. Entretanto, nós sabemos assim, a pessoa vai lá, se inscreve, coloca o seu nome, trabalha todo um processo, não é Rosiani? Como nós fizemos, foi difícil, não foi fácil, e aí quando a pessoa é chamada ela nem aparece. No primeiro chamamento foi um número muito grande que não apareceu, mais de 40. Foi muito grande, mas é um direito que a pessoa tem, nós entendemos, porém, temos dificuldade de quem está lá dentro da escola e não entende. Fica parecendo que nada está sendo feito e não é verdade. Tem todo um esforço aí feito para poder e a gente entende, a gente compreende. A Marilza entende por isso que ela disse que quer notícia boa." A Conselheira Marilza se manifesta dizendo: "Eu entendo, eu entendo, eu conheço, eu sei." A Presidente Ana Lucia conclui: "Mas faltou um ainda para poder chamar os outros." A convidada Rosiani acrescenta: "Mas já foram chamados 180 para 99 até o momento então serem contratados." A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue: "Exatamente, dos 100% foram chamados 50% praticamente que atenderam. É isso que a gente quase tem. É muito complicado isso, então é assim, não consegue atender as demandas, mas assim, lógico, nós precisamos cobrir primeiro as Regentes porque dentro das Unidades, nós sabemos que está difícil, nós sabemos de todas as dificuldades principalmente lá no Infantil, nós também entendemos todas essas dificuldades. Mas assim que sanar essa nós precisamos voltar, não que não esteja sendo feito nada agora, mas esse investimento precisa ser maior. Então a gente precisa realmente colocar isso, nós iremos perguntar quais as próximas estratégias além do professor regente de sala, como fica para recuperar essa aprendizagem. Todos os investimentos devem ser feitos. O Governo Federal era para ter feito maior investimento porque os Municípios precisam. Nós temos aí um Município de greve, não sei se vocês viram, é Prudentópolis, inclusive eles entraram em contato conosco pedindo ajuda e nós fomos via Prefeita também para ver, para solicitar alguma ajuda jurídica que eles precisavam, mas eles estão praticamente há um mês sem aula. Pensem como é que vai ser essa reposição. Aí entram outras coisas que entra questão salarial, mas o pessoal tem muita dificuldade de entender que um reajuste imediato de 33% promete demais na folha de pagamento. Eu também acho bom fazer essa fala, mas o pessoal acabou não conseguindo entender. Do Paraná o que nós sabemos é que só esse Município, ele saiu na televisão ontem no jornal da SEED, hoje pela manhã bem cedo também e nós entendemos todas as dificuldades que os Municípios têm, mas o investimento deveria ter sido maior. Então, quando nós colocamos e eu coloquei lá como aconteceu do Ministro, o que é relativo à Educação nós temos que por sim lá dentro do Conselho. Então, isso é, se tem dinheiro que está sendo retirado, isso enquanto Conselho nós temos que ser informados sim, inclusive para nós cobrarmos que é o que a UNCME está fazendo junto ao Ministério da Educação, UNCME, UNDIME, todas as entidades estão fazendo. Portanto, nós

precisamos sim de todas essas informações. O que diz respeito a Educação, sim nós iremos colocar. Independente de quem esteja no Governo, quem me conhece sabe, eu fiz vários questionamentos, lá no Governo Dilma teve 6 trocas de Ministros e eu fiz sim, eu fui atrás porque eu queria saber o que estava acontecendo porque é sempre a Educação que é prejudicada. Então, independente de quem é a Presidente, nós temos sim que cobrar enquanto Conselho, nós vamos colocar. E é importante, muito importante essa questão do investimento na Educação, seja feito no Município, seja feito no Estado, seja feito no Governo Federal. O Programa Educa Juntos do Estado tem todo um material, eu tenho uma reunião lá pelas 16h para ver um investimento dos cadernos também, o que mais será investido para ajudar neste momento porque sim tem toda essa dificuldade, foi feito a análise até através da Prova Paraná e o Estado também está acompanhando até porque os Municípios que não tem Sistema próprio de Ensino, eles são do Sistema Estadual. Portanto o Sistema Estadual precisa dar conta disso. E ele não deixa os Municípios que tem Sistema fora. Até então nós temos um Regime de colaboração com esse trabalho. Raquel.” A Vice-Presidente Raquel se manifesta: “Boa tarde à todos. Só retificando a apresentação do Departamento e tudo isso que a Ana está falando é de um momento muito importante que é um momento da sociedade e de nós profissionais e de todos como a Ana já trouxe, os Governos e tudo mais, investirmos mesmo com muita garra porque tem uma defasagem grande mesmo na Educação prevista mesmo para ser sanado durante alguns anos, pelo menos 3 ou 4 no mínimo, e tem que ter uma força grande de cada um de nós que está na Educação. E uma coisa que nós temos observado que a Pandemia deixou uma marca grande e ela fez várias etapas. Mas graças a Deus, nós estamos em uma etapa agora que podemos estar em aulas presenciais, então acho que nós também temos que fazer, em modo geral, um esforço para deixar para traz o que foi muito forte e difícil emocionalmente para cada um de nós, olhando mesmo para esse presente com que temos em mãos e o que conseguimos fazer efetivamente para melhorar. Então acho que é bem importante esse compromisso forte aí de todos, cada qual na função no espaço onde está, porque é um esforço de todos para dar conta dessa questão bem complexa, não é?” A Presidente Ana Lucia responde: “Certo, obrigada, Raquel. Alguma pergunta para a Rosiani? Não? então nós agradecemos, Rosiani, a sua presença, foi importante essa sua apresentação, eu acredito que eu precisava colocar, que nós precisávamos passar isso para os Conselheiros para o conhecimento de todos, mas também de que já tem, não é, Raquel e Rosiani que são do Departamento, desde o início do ano pensando como esse trabalho aí ajuda nas Unidades. É importante agora, nós como Conselho, colocar que agora temos que pensar, tendo os Professores Regentes na sala, tendo o quadro completo, é pensar porque esse é o momento que temos que pensar com igualdade de direitos que todo mundo tem que ter o quadro completo. Agora nas questões da aprendizagem temos que pensar com equidade, aquele quem precisa mais, aqueles que estão com mais dificuldade porque nós sabemos que há regiões que tem por questões de vulnerabilidade ou questões ainda que troca e os professores não permanecem porque é longe como lá na Borda, que nós sabemos que tem toda uma dificuldade e aí pensar com equidade. Talvez esses precisem de mais profissionais que outros que são da região central que os resultados foram melhores e aí não tem como dizer ‘Ah, eu estou na escola do centro, mas eu quero ter um professor a mais de reforço como aquela escola da borda ganhou.’, não tem como pensar como igualdade neste momento, tem que pensar com equidade mesmo. Quem precisa mais. Portanto, o investimento tem que ser realmente nessas Unidades para melhores, porque nós estamos falando do que? Não estamos falando ‘eu tenho uma professora a mais.’ Eu estou falando do trabalho de aprendizagem das crianças. Eu tenho que recuperar essa aprendizagem porque eles estão aí como 5º ano, a Matemática precisa ser melhorada imediatamente. Eles já tinham essas dificuldades. Eles têm que ir para o 6º ano recuperando pelo menos um pouco mais da média que é 6.0. Então, esses resultados precisam aparecer. O 4º ano precisa melhorar praticamente todas as áreas

de conhecimento. Então precisa fazer um investimento ali nos 4ºs anos e pode ser que seja para quase todos da rede porque era turma da alfabetização do 2º ano que não teve reprovação no 2º ano, que não teve reprovação praticamente no 3º ano também, mas que nesse momento eles estão no 4º e precisam de investimento.” A convidada Rosiani se pronuncia: “Eu agradeço em nome do Departamento pela oportunidade, nos colocamos mais uma vez a disposição do Conselho, o que tiver de apontamento para nos fazer, nós somos receptivos, nós já temos alguns planos que compete ao pedagógico, não é, Raquel? A Raquel é pedagoga do Departamento e como você falou, Ana, nós dependemos Às vezes de outros setores, de outras instâncias acima, mas naquilo que nos compete, nós estamos correndo atrás para poder auxiliar todos esses estudantes. temos os resultados por Unidade, estamos hoje no que é possível fazer, buscando esse atendimento por Unidade. E a Unidade que está mais gritante a situação para poder estar conversando com a equipe e orientando. Esse é o primeiro passo que nós podemos dar nesse momento, estamos correndo atrás com isso. Muito obrigada pela oportunidade, eu vou pedir licença para me retirar para que vocês possam continuar a reunião.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues diz: “Obrigada você, Rosiani, fique à vontade, se você quiser permanecer, não tem problema. Nós sabemos que está uma correria sempre principalmente no encerramento do semestre. Obrigada pela participação. Podemos então dar continuidade, eu havia falado e acabei deixando para depois porque elas estavam esperando e a Cris precisava falar para poder ir para reunião. Nós recebemos então depois de 3 ou 4 solicitações, as indicações do SINSEP. Vieram 2 nomes, até colocaram ‘Em resposta, esse Sindicato vem por meio desse documento indicar a representação. A Titular para Monica Taís Neves Silva, portadora da matrícula... professora e a Suplente Eliane de Azevedo portadora da matrícula...’, mas a gente precisa enquanto Conselho, da Ata da eleição da Assembleia. Isso está na Lei, não é algo que nós inventamos, está na Lei. E a lei o Luiz vai colocar para nós, ‘Art. 4º, § 4º, linha A’ e assim, não tem como fazer diferente, nós precisamos da Assembleia e nós precisamos da eleição entre os pares. Isso é para o SINSEP, isso é para o CMDCA, quando nós não colocamos, isso também é para a PAE, a representação de pais, o Conselho do FUNDEB. O que está escrito na Lei? Que ser eleito por seus pares, nós precisamos que seja eleito entre os pares. Não tem como a entidade fazer indicações. Eles realizaram uma Assembleia no dia 30 de maio de 2022, às 18h na sede do Sindicato no aplicativo zoom. E aí eles colocaram a primeira pauta ‘Indicação para representante para compor o Conselho de Alimentação, o CAE, e o segundo a Indicação para representante para compor o Conselho Municipal de Educação (CME).’” A Presidente Ana Lucia Rodrigues inicia a leitura da Lei: “Art. 4º, § 4º 10 (dez) Conselheiros Titulares e 10 (dez) Conselheiros Suplentes da sociedade civil organizada, sendo: a) 01 (um) Conselheiro Titular e 01 (um) Conselheiro Suplente representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais – SINSEP, atuantes na secretaria Municipal de Educação, eleitos por seus pares em Assembleia convocada pelo SINSEP.’ Eles fizeram então, o que eu estou lendo para vocês, eles fizeram a Assembleia com a intenção de fazer a escolha para o CAE e para o CME, e aí eles colocam assim: ‘A Presidente Samia após a primeira e segunda leitura do Edital, respectivamente 17h30 e 18h00, instala a Assembleia e inicia comentando sobre como é importante o Conselho Municipal de Educação e Conselho de Alimentação Escolar e após ressalta a necessidade de indicação dos representantes desta entidade para compor os Conselhos. Dando continuidade Samia pergunta quem tem interesse de compor o CMA, nenhuma inscrição, portanto a direção vai indicar um representante. Após Samia pergunta quem tem interesse de compor o CME, a Servidora Mônica Tais Neves Silva coloca seu nome a disposição para participar do Conselho representando o Sindicato. Por fim, Samia passa os encaminhamentos: 1- Indicação da Servidora Mônica Tais Neves para compor o Conselho Municipal de Educação como Titular. 2- Direção do Sindicato vai indicar um representante para compor o Conselho Municipal de Educação na vaga de Suplente, frente a ausência de inscrição.’ Não posso aceitar, não pode ter indicação

da Direção. Ele tem que ser eleito. Portanto, se não foi eleito nessa, terá que fazer outra Assembleia para ser eleito. Não sou eu que estou dizendo, é a Lei. Parou na PGM, ele vai esbarrar. Nós temos que cumprir a Lei. Nós percebemos e eu falei inclusive, coloquei no último Ofício para o Sindicato que eles estavam sem representantes, e agora eles estão sem representantes de novo. Nós sempre temos problemas com a questão da Legislação, que o Sindicato quer passar por cima e eu já falei isso para a Samia. Por mais que tenha lá o seu assessor jurídico, o responsável pela comunicação do Conselho, ele também é advogado, trabalha na procuradoria de um Município que esteja como assessor lá, um dos advogados, eles entendem de Legislação e a Lei ainda está muito clara como a gente leu para vocês. Precisa ser eleito em Assembleia pelos pares, então nós vamos devolver. Eu trouxe isso para vocês porque nós vamos devolver o documento porque eu preciso de um Titular e um Suplente, não adianta nomear o Titular se eu não tenho o Suplente, portanto vai ter que fazer quantas reuniões forem necessárias para poder então ter os nomes. O fato de não ter um nome e a indicação não responde e não cumpre o que é necessário. Então, colocando para vocês que nós vamos devolver sim, não sei se alguém é contrário isso? Podemos colocar ali para votação essa questão do documento. E aí para o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e eles também fizeram a indicação, eu não tenho conhecimento da Lei do Conselho de Alimentação Escolar, mas este problema para nós é o Conselho Municipal de Educação. O pessoal pode falar 'Ah, mas no outro Conselho eu fiz assim, nós temos uma Legislação própria. Então se o outro aceita, nós não temos que aceitar, nós temos que seguir a Legislação. Então, nós vamos abrir a votação.' A votação sobre o retorno do documento ao SINSEP é feita somente entre o Titulares e os votos concordantes são dos Conselheiros: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Eliel Dantas de Almeida, Isabel Cristina Zarpelon Trevisan, Queila Cristina I. Batista Martins, Raquel Santana, Rodrigo Cardozo Gomes, Stela Regina G. Wontroba, Angela Branco Guimarães, Clície Maria Cancelier Negoseki, Luiz Carlos Costa da Silva, Leila Gonçalves de Carvalho e Tatiane de Fátima Kuzma totalizando 13 votos, e 0 votos contrários. A Presidente Ana segue a reunião: "A nossa próxima pauta é sobre denúncia, são duas denúncias que chegaram de escola particular para nós. Então nós precisamos colocar. Uma denúncia foi uma mãe que ligou aqui pedindo desesperadamente que o Conselho fizesse algo sobre a filha que lá na Unidade onde a criança está matriculada, está apanhando todos os dias de um coleguinha. E não é só ela, outras crianças também. Nós anotamos aqui para conversar, pedindo o retorno da escola, eu liguei quando chegou a denúncia e a Unidade não me retornou. Nós estamos aguardando o que chega, mas eu precisava passar isso para vocês. Talvez a gente consiga resolver, talvez não, mas eu expliquei para a mãe que não tem como ele sair da escola." A Conselheira Stela teve que se retirar por alguns minutos para atender um telefonema, quando volta questiona a Presidente Ana sobre do que se tratava a denúncia. A Presidente Ana Lucia lhe explica e a reunião segue. Presidente Ana Lucia Rodrigues: "E os pais já se uniram e já conversaram sobre, a criança tem 4 anos se eu não me engano. É da Educação Infantil e eu também fui explicando algumas coisas e a mãe foi entendendo porque ela tinha dificuldade de entender, nós colocamos que é uma criança da Educação Infantil, nós colocamos as dificuldades que as crianças têm, que nós iríamos verificar com a Unidade de Ensino, mas que não tem como tirar ele da escola. Ela disse que no tempo dela as crianças eram expulsas e eu disse: 'Como que nós vamos expulsar uma criança que não tem o entendimento de que ela está sendo tirada de um direito que ela tem. Então, a punição aí seria para os pais, mas não chegaria, seria para a criança. Nós estaríamos trazendo um transtorno maior para essa criança. Então eu estou aguardando a unidade entrar em contato novamente com a gente, a mãe ficou de entrar em contato também para ver se a gente consegue conversar, ela conseguiu entender das dificuldades e aí eu disse para ela que o que nós podemos solicitar é de que a escola faça o encaminhamento, talvez uma avaliação psicológica para ver o que é que está acontecendo. As crianças estão chegando machucadas

mesmo, ela disse que tem, que eles estavam pensando inclusive em ir na delegacia. Aí nós fomos explicando para ela ter calma, ter cuidado em conversar. Ela dizia 'mas a escola não faz nada' e eu disse assim 'quando você conversa com uma escola, direção, pedagogo, eles ouvem vocês e eles vão atrás. O que eles não podem é afirmar aquilo, ficar do lado e dizer que está do lado de vocês porque nós também temos o lado da outra criança e nós precisamos ouvir a família e ver o que está acontecendo. E elas são orientadas, então você fique tranquila. Nós não podemos atender vocês quando vocês pedem que a criança saia da sala, que tirem a criança de dentro.' 'ah, mas eu não concordo que meu filho chega em casa e eles não falem nada do porquê ela está machucada e nós acabamos descobrindo pelos nossos filhos do porquê ele está machucado.' Eu disse 'Então nós vamos conversar sobre essa situação, vamos ver e vamos solicitar dando as orientações necessárias.' Mas o mais importante aí foi colocar que a mãe queria a expulsão da criança de 4/5 anos, uma criança da Educação Infantil. Aí eu falei que nós não fazemos mais isso nem com um estudante do Ensino Médio, que nós temos ter que ter todo um cuidado com ele, vocês imaginem com uma criança da Educação Infantil. Portanto, eu fui conversando com a mãe e colocando a mãe do outro lado para ela sentir se estivesse sendo mãe daquela outra criança, e o quanto pode parecer que a família não esteja fazendo nada, e a família sim está fazendo só que às vezes não é colocado o que a família está fazendo com seu filho para ver se melhora. A gente sempre coloca sempre da angustia para a escola para poder resolver esse problema, mas principalmente para a família dessa criança. Então, o que pode parecer que não é um cuidado, é um cuidado sim que se tem, mas ela tem que ter um pouco de paciência. Foi isso e aí ela saiu um pouco mais calma, ela pediu desculpas e disse que precisava desabafar, falar com alguém para poder fazer suas colocações, mas que ela não tinha esse entendimento desse outro lado também. E eu disse que era importante e inclusive se ela falasse com as outras famílias, que fizesse essas colocações para eles. Então essa foi uma denúncia, nós não colocamos o nome da Unidade. A outra denúncia o Rodrigo irá me ajudar a fazer a colocação que também é de uma Unidade particular, um CEI particular, e chegou a denúncia, uma denúncia anônima escrita de duas folhas, agora no mês de junho, e eles acusam a escola de que a escola não tinha uma direção contratada, tem uma direção geral lá da Instituição, mas que ela não tem formação nenhuma na Educação, não é Pedagoga, não tem formação em Educação e aparece uma vez por semana. E a outra coloca que os profissionais que estão sendo contratados, nenhum está registrado como professor e sim como atendente. E nós sabemos que é um Professor e um atendente, mas tem que ter o Professor. O Rodrigo vai fazer as colocações. Ela até acusa, primeiro ela coloca assim: 'É de conhecimento do Núcleo Regional, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho? Eles tem esse conhecimento? Como é que está sendo elaborado o PPP, o Senso Escolar, as atividades diárias, a representação diante os pais?' Se eles têm esse conhecimento de que a escola está caminhando ilegalmente. Conversando com a pessoa que estava respondendo, essa pessoa disse que conversou, que foi conversado com essa pessoa que estava respondendo pela Direção e ela respondeu que algumas pessoas da região que fizeram o questionamento, que a Secretaria Municipal de São José dos Pinhais estava ciente dessa situação e estava dando cobertura para a escola. Nós sabemos que essa cobertura que ela colocou entre parênteses não é bem assim. O Rodrigo tem todo o encaminhamento e está acompanhando esse trabalho, esse processo, nós percebemos pelas colocações que provavelmente seja um profissional da Unidade, e ela diz assim ainda 'Será que está condição está sendo justa com as demais escolas? Estão agindo dentro da Lei? Se é possível qualquer pessoa sem formação atuar em uma escola de forma esporádica, quais seriam os sentido dos profissionais estudarem e se formarem em Pedagogia? Como está a qualidade de ensino dessa Instituição? Será que está ocorrendo uma sobrecarga de função dos demais funcionários? Solicito que as autoridades responsáveis tomem conhecimento e as devidas providências para que a Comunidade receba um atendimento a qualidade

dos recursos que os pais estão pagando por esta ser uma escola privada.' É de autor anônimo, nós percebemos que até pode ter pessoas de fora e pessoas de dentro porque para ter todo esse conhecimento que está ocorrendo lá dentro, aí também está nessa situação. A questão da contratação eu até conversei com o Rodrigo, mas nós vamos ter que acompanhar mais de perto porque se não tem contratação de professores, nós vamos ter que verificar aí. E entra naquela questão que nós já fizemos um comunicado, e foi com todo um cuidado na contratação dos profissionais que a LDB coloca enquanto Legislação. Rodrigo, você pode falar? Por favor, a palavra é sua." O Conselheiro Rodrigo inicia: "Então, nós também recebemos enquanto Secretaria, enquanto Divisão de Estrutura a mesma denúncia. No início nós ficamos meio assim porque é autor anônimo, não tem telefone, não tem e-mail, não tem nada para nós darmos um retorno para a pessoa dos fatos. Todo fato, lógico, deve ser apurado, nós não omitimos nada, nós não passamos a mão na cabeça de ninguém, nós não deixamos de verificar o que é verdade ou falso em tudo. Essa Unidade nós não precisamos citar o nome, mas esta Unidade passou pela exoneração da Diretora antiga e alguns relatos aqui são justamente o que a antiga Direção colocou. Porém, vamos lá. Em nenhum momento nós demos cobertura enquanto Secretaria, enquanto Divisão de Estrutura para nenhuma Unidade, muito menos para ela. Tanto que na primeira vez nós nos reunimos com a Diretora, com a Presidente da Instituição, e ela falou que ela estava sem Direção, que havia retirado enfim. Nós perguntamos se já havia outra e ela falou que não. Nós dissemos que eles tinham que colocar imediatamente e que eles não podiam trabalhar um dia se quer sem Direção. Portanto, nós fizemos todo o procedimento que nós sempre fazemos de orientação e assim que chegou essa denúncia, uma semana depois nós também estivemos visitando a Unidade fazendo uma vistoria. Eu tenho uma Ata da reunião da equipe diretiva da fundação com os funcionários da escola nomeando a Pedagoga, a pessoa que era Pedagoga da escola para o cargo de Direção. Eles estavam em dúvida se eles iriam colocar a Pedagoga que tem um vasto conhecimento pedagógico ou a Administrativo que tem um vasto conhecimento na área administrativa documental. Então, a Diretora está nomeada, está indicada pela Fundação para o cargo, estou com uma Ata aqui, estou com um Ofício também comunicando a Secretaria da Direção e aí sobre a questão de Professores irregulares, enfim. Assim, irregulares eles não estão, eles estão contratados, carteira assinada, enfim, nós só teremos que ver a questão que a Ana comentou ali um pouquinho antes, a questão realmente do cargo/função. Todos os professores estão nomeados hoje, contratados nessa Instituição, eles tem a formação em Pedagogia completa, todos eles são Pedagogos formados. A única questão, pelo que eu entendi, eles estão nomeados na carteira como atendente de creche e não como professor. É só esse pequeno ajuste que teremos que fazer essa orientação, mas no mais, no que diz aqui a denúncia, ela não procede, certo? hoje, inclusive, nós orientamos para ele, hoje eles estão em reunião pedagógica, vamos estar em reunião pedagógica as 18h com a comunidade, vão estar comunicando também e apresentando a Diretora, apresentando o balanço deles, enfim. Então assim, em nenhum momento nós estamos cobrindo ninguém, omitindo nada de ninguém ou passando a mão na cabeça de alguém. Seria isso, Ana." A Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece e complementa: "Até porque o que diz referente ao trabalho do Pré I e Pré II que é o ensino obrigatório tem que ser professor mesmo, não pode ser o atendente. E a reclamação deles na verdade, por isso que eu digo que também tem pessoas de lá é a questão da contratação que aí entra a insatisfação porque o professor tem um salário base diferente da contratação do atendente de Educação Infantil como é colocado lá para eles. Por isso que tem que averiguar mesmo para ver porque mesmo tendo formação eles têm direito dessa contratação de professor. Portanto, o Rodrigo está acompanhando, a princípio nós temos duas pessoas aqui da Estrutura e nós pedimos para fazer o acompanhamento dessa denúncia e sempre fazendo repasse para nós, certo? Sobre denúncia são esses os encaminhamentos e o Rodrigo na próxima reunião passa para nós como é que está

essa situação. A próxima pauta é sobre o calendário escolar, então um calendário de 2022 ainda, nós temos duas questões e uma é que teve o ponto facultativo no dia 14 dado pela Prefeita, nós temos 202 dias, tínhamos 202 dias, foi elaborado pela Deliberação 202 dias letivos, sendo que dois dias nós colocamos já contando com esse ponto facultativo, quinta-feira Santa e o outro seria o do dia do Servidor que existe a possibilidade da Prefeita dar também porque o dia do Professor caiu no sábado, portanto, ficamos sem o feriado. Nos outros anos, o ano passado e o ano retrasado, o dia do Servidor acabava sendo antecipado para o dia do Professor para todos terem esse dia, ela colocava isso por Decreto. Esse ano o dia do Professor é sábado e o dia do Servidor é sexta, então é possível que ela dê essa data então nós colocamos um dia a mais já prevendo. O Secretário fez o encaminhamento do documento, Luiz, você pode colocar o Ofício nº840/2022?” O Conselheiro Luiz compartilha o Ofício nº840/2022 na tela e a Presidente Ana Lucia explica: “Esse é o Ofício do Secretário, ele coloca os ‘Considerandos’ que a Deliberação organizou 202 dias deste Conselho, considerando o art. 11 e 13 estabelecendo o Calendário Escolar e depois de homologado, a alteração precisa passar pela Deliberação do Conselho e que cabe a SEMED fiscalizar e acompanhar o seu pleno cumprimento. ‘Considerando que caso o Calendário Escolar sofra alterações, a nova proposta deverá ser submetida para análise do Conselho Municipal de Educação;’ O Decreto nº4.734 de 04 de abril de 2022 deu o ponto facultativo que saiu em Diário Oficial no dia 06 devido a quinta-feira Santa, e ‘Considerando que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar; Solicitamos a Deliberação dos senhores Conselheiros quanto à possibilidade de utilizarmos 1(um) dos 202 (duzentos e dois dias letivos para as unidades educacionais não precisarem repor o dia 14 de abril deste ano.’ Mesmo nós colocando dias a mais contando que teria esse ponto facultativo, nós precisamos trazer isso aqui segundo a Deliberação, trazer para a aprovação dos Conselheiros. Portanto, que seja utilizado 1 dia e assim mesmo a Secretaria Municipal de Educação está cumprindo a Legislação que diz que tem que ter no mínimo oitocentas horas e duzentos dias. Nós utilizando um dia teremos 201 dias. Portanto, vou solicitar a aprovação. Quem não aprova que um dia seja utilizado dos 202 que mesmo assim o calendário escolar continua sendo cumprido no que diz a Legislação. Então vamos começar as votações.” A votação inicia e a os votos concordantes com a aprovação do ponto facultativo são dos Conselheiros: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Raquel Santana, Queila Cristina I. Batista Martins, Rodrigo Cardozo Gomes, Stela Regina G. Wontroba, Angela Branco Guimarães, Clície Maria Cancelier Negoseki, Luiz Carlos Costa da Silva, Tatiane de Fátima Kuzma, Eliel Dantas de Almeida e Leila Gonçalves de Carvalho, totalizando 12 votos aprovados e 0 contrários. A Presidente Ana dá como aprovado pelo Conselho. A Presidente Ana Lucia segue com a reunião: “O segundo que veio através do Ofício nº811, é em resposta ao Ofício nº58/2022 porque nós perguntamos qual dia tinha ficado para reposição. Lembrando que no dia 17 de maio o SINSEP organizou com os profissionais que são associados, que haveria uma paralisação pela questão salarial, estavam prevendo um aumento salarial. E organizar então que teria a paralisação e suas Unidades estariam nesse dia sem alunos. Unidades ou alguns setores que sairiam parcialmente. Só que saiu uma ordem judicial no dia 16 que eles deveriam estar no trabalho, que era ilegal essa paralisação. Ilegal até porque a Prefeita não havia fechado em nenhum momento a situação de que não estaria conversando e dialogando com o Sindicato e ela pediu para aguardar que elas estão fazendo estudo para ver qual seria índice que iria ser dado pela Prefeitura, essa possibilidade. Então ela foi considerada naquele momento, ilegal e deveriam retornar então as Unidades, e deveriam funcionar normalmente no caso, porque não era só escola, nós sabemos que era para todos os Servidores. Só que nós da Educação temos o problema do dia letivo. Por mais que no final da tarde tenha dito ‘ah, não, é ilegal, vamos voltar!’, não tinha mais como essas Unidades que dispensaram o lanche e o transporte, era

inviável, não tem como. Elas teriam que vir para a Unidade sem aluno. Aí entra aquele questionamento do SINSEP que é 'Eles cumpriram o dia.', mas nós falamos que não cumpriram o dia letivo, precisa ser cumprido o dia letivo. Para essas, sejam Unidades, sejam turmas, seja lá na Educação Infantil, mas precisa sim cumprir. Então, foi colocado, foi conversado também que haveria a sugestão do dia 17 que poderia acontecer no recesso do dia 17 de junho ou no dia 11 de julho que foi feito os dois encaminhamentos. E foi feita a pesquisa entre os departamentos, o Especial não teve nenhuma Unidade fechada então é o Departamento da Educação infantil, o Departamento do Ensino Fundamental, e a maioria deu no dia 11. O SINSEP coloca como retaliação para quem fez, e não é. Se não tem esse dia, não está fechado o calendário Letivo, portanto nós encaminhamos, nós recebemos a resposta no dia 15 de junho, foi bem na véspera do recesso que nós recebemos de que ficaria e teria ali o Ofício dizendo que refere-se a reposição do dia 17/05. A circular está no dia 11, mas nós recebemos nessa data e nós temos o registro aqui. E nós trouxemos isso para vocês saberem que então foi comunicado que a reposição do dia 17/05, você pode passar, Luiz? O comunicado." A Presidente Ana Lucia Rodrigues faz a leitura do comunicado: "Ofício Circular nº148/2022-SEMED 'Comunicamos que a reposição referente ao dia 17/05/2022, acontecerá no dia 11/07/2022 (segunda-feira).' Inclusive eu li até, ontem o SINSEP acabou colocando na sua página do Facebook que sentaram ontem com o Secretário, não sei se foi ou foi dia 28, cobrando e colocando que essa reposição seja feita somente de conteúdos, e o próprio responsável pela comunicação do SINSEP, formado em Direito e que sabe que a Legislação diz que o calendário deve ser cumprido. A Deliberação do Conselho que diz que saiu no dia que nós aprovamos, no dia 12 de maio, ela aprovou que as atividades por conteúdo somente iria acontecer em casos de COVID. Então eu volto aqui afirmar para vocês o que eu falei na mesa quando estive em reunião junto com o Conselho e eu falei para o Sindicato 'Eu também já fiz greve, e eu sabia de todos os riscos que nós poderíamos assumir, uma delas é que teria que repor porque é dia letivo.' É diferente de quem está trabalhando no setor administrativo. É necessário essa reposição. Segundo, eu já tive desconto de salário e claro que isso prejudica a gente depois até a notação funcional. Na época o Sindicato foi atrás e nós recebemos, nós ganhamos anos e anos e eu recebi agora, estando aposentada de Curitiba, eu recebi o que foi solicitado, nós recebemos agora reajustado no salário lá em Curitiba. Se tem direito, se acontecer, claro que há situações diferentes da época, mas nós conseguimos, foi uma luta. Então, claro que tem um Sindicato aí, se achar que tem esse direito, ele pode ir atrás. Neste caso, esta reposição não é retaliação, ela é obrigatória para fechar o calendário escolar, e ele ainda coloca lá que para qualquer coisa é feito a reposição de conteúdo, mas não mais. Se isso está acontecendo o Conselho não está sabendo. É só para casos de COVID-19 a reposição de conteúdo a partir da publicação, e a publicação saiu no dia 17, exatamente no dia 17 saiu a publicação em Diário Oficial. Portanto, a partir disso não poderia mais fazer essa reposição por conteúdo e ele sabe que tem cumprimento e até coloca lá 'As crianças bem pequenas não precisam porque não é ensino obrigatório.' Ele tem que ter um cuidado ao falar nisso. Claro que o ensino é obrigatório a partir do Pré I e do Pré II, mas o calendário é para todos. Então eu não estou errada, eu tenho a Marilza aí que há anos está trabalhando com a Educação Infantil. O calendário deve ser cumprido, não é, Marilza?" A Conselheira Marilza concorda e acrescenta: "Tem que tomar cuidado com o que diz." A Presidente Ana segue: "Tem que ter bastante cuidado quando é feita essas colocações porque a Legislação não só vale no que aquilo que eu acho que deva ser. Então tem que ter cuidado também, por isso que nós sempre colocamos essa dificuldade da conversa com o SINSEP no cumprimento da Legislação, e às vezes até pela falta de respeito. Portanto, nós temos que cuidar. Marilza, você quer falar alguma coisa? Pode falar." A Conselheira Marilza se pronuncia: "Boa tarde, eu quero complementar o que a Ana disse. O que eu olhei também na reportagem de rede social é a questão de reposição através de Festa Junina. Não sei se você percebeu isso, Ana, que está escrito lá na

rede social?” A Presidente Ana Lucia responde: “Pois é, e diz que foi aberto e colocado lá, nós estamos falando de questões de aprendizagem porque não era um dia de Festa Junina, então teria que ser colocado. A menos, Marilza, que tenha sido feito um planejamento que era em uma sexta-feira e passou para segunda-feira. Aí tudo bem, mas o que não pode acontecer é Festa Junina cobrada com dinheiro.” A Conselheira Marilza comenta: “Então, hoje eu até tive que responder um questionamento da minha equipe sobre isso: ‘Olha, foi aberto para fazer Festa Junina para repor aquele dia?’ porque eles vêm perguntar para nós. Eu disse: ‘Olha, para a Educação Infantil não. nós não tivemos nenhuma informação.’ Outra coisa também que eles questionaram hoje pelos Servidores é que também está escrito lá que será pago horas extras. Então, 3 coisas bem complicadas, a questão do não cumprimento do calendário escolar, dessa fala da não obrigatoriedade, a questão da reposição por meio de Festa Junina e o pagamento de horas extras. O SINSEP não teve nenhum cuidado com a forma com que escreveu na rede social para os Servidores.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue: “Exatamente, até porque a gente sempre coloca que nós temos um calendário de 200 dias, mas não quer dizer que o professor tem que trabalhar só os 200 ou 202. Ele pode trabalhar mais sim mais do que isso, isso porque nós somos Servidores, nós temos dentro do Estatuto direito a 30 dias de férias e os 15 de recesso distribuídos, e se nós contarmos nós temos muito mais. E aí sim, é aquela característica, aquela condição de dizer: ‘Encerrou em dezembro, eu estou de férias, eu viajo’ e aí tem o problema das escolas, isso acontece muito no Fundamental que ao chamar eles dizem ‘Já estou viajando’. E nós sempre dizemos, tem que ter cuidado.” A Conselheira Stela se pronuncia: “E essa questão é antiga, não é, Ana? Eu lembro que teve uma vez quando a Ema era a Secretaria que por alguma razão se propôs ali, 2 dias letivos a mais e teve gente que ficou ‘Meu Deus!’, mas 200 é o mínimo para o aluno, isso não tem nada a ver com o professor.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue: “Exatamente, e aí eles dizem que estão trabalhando a mais e que vão ganhar hora extra. Isso não existe. Quando eles não podem trabalhar são nos 30 dias de férias e nos 15 de recesso. No restante, eles podem trabalhar sim. Então, enquanto Conselho nós teremos que pensar realmente, senão teremos que colocar, por exemplo, eu acho, eu Ana Lucia trabalhava na escola como Pedagoga e eu sempre ficava muito angustiada que encerrava as aulas no dia 15 e no dia 16 a escola está fechada. O pai que não pode pegar o boletim para saber o resultado do seu filho no dia 15, ele só iria saber o resultado no outro ano, gente. Então, o Estado, a Marilza está aí, a Raquel que também é do Estado, a Clicie, elas sabem que eles ficam ainda abertos, 2 dias os professores ficam depois que encerrou, 2 dias que seja para organizar suas coisas, livro de chamada, material e para ver essas questões porque tem questões que eu tenho que atender. É um direito que essa família tem que saber, mesmo que seja da Educação Infantil, como é que foi o processo daquele período que está finalizado. Então, quando nós fechamos totalmente a escola, até a Secretaria está toda fechada, é muito difícil. E a Clicie coloca que os professores não contestam isso, e nós teremos que pensar porque é uma determinação importante enquanto Conselho porque chegam sim os pais reclamando. Quando chega no final do ano e está fechado, nós recebemos as ligações das famílias dizendo: ‘Como é que eu vou saber o resultado do meu filho se a escola está fechada?’. Portanto, até para tirar essa mania de achar que professor não pode ser chamado fora do calendário letivo.” A Conselheira Stela relembra: “O calendário é escolar, não é trabalhista.” A Presidente Ana Lucia concorda e continua: “Exatamente, não é um calendário trabalhista. E nós temos também Unidades Particulares, eu falei isso na reunião, que tem 210 dias. O pessoal fala da escola particular, os CEIs principalmente, como eles tem que fazer atendimento integral as famílias, que elas colocam realmente que os pais precisam trabalhar, eles colocam o máximo possível de dias letivos para poder fazer os atendimentos. Então ficarmos fechados é difícil de ter, nós enquanto Prefeitura, tem aquilo no nosso calendário escolar, aquilo fechado, o que não é interessante para as famílias, porque nós estamos trabalhando, Servidores Públicos,

para o público. Isso que o pessoal não consegue entender, nós estamos para trabalhar para o público. Você aceitou, você fez um concurso para trabalhar para o público e não para você. É isso que o pessoal não consegue entender. Eu não posso ver só os meus direitos, eu tenho que ver o direito da criança também que está fora.” A Vice-Presidente Raquel se manifesta: “Eu acho que passou um pouquinho o assunto, contestaram ali, mas eu retomo que é a questão da festa Junina naquela condição. Na verdade, houve a sondagem de algumas escolas e o Fundamental respondeu que atividade interna junina dentro de um planejamento pedagógico poderia sim acontecer questões que sempre aconteceram na escola, essa valorização da própria cultura brasileira. Isso de fato podia acontecer dentro de um planejamento pedagógico interno trabalhado.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues concorda e a Conselheira Marilza comenta: “Mas é a forma como é escrita.” A Presidente Ana Lucia concorda e segue: “Sim, esse é o problema. Inclusive, o Secretario colocou que a pessoa da comunicação que possa vir conversar também porque precisam esclarecer algumas coisas e essa pessoa fez parte do Conselho. Então assim, eu sempre me pergunto como que as pessoas foram do Conselho, tem conhecimento do que é necessário, do que é importante e que nós somos o primeiro órgão fiscalizador, e aí quando eu saio do Conselho quero fazer do jeito que eu quiser não respeitando uma determinação legal. Tem que ter um cuidado aí.” Nesse momento, a Presidente Ana da a palavra para a Conselheira Clicie que inicia: “sobre a descaracterização do Ensino, falando em um geral assim. Quando nós começamos a pedir muitas situações, ‘vamos fazer desse jeito, vamos fazer daquele jeito, vamos repor assim, não vamos repor porque não tem obrigatoriedade’, nós estamos mostrando para a sociedade que a Educação não tem tanto valor assim quanto o que nós estamos lutando para que ela tenha e seja valorizada pelas famílias pela sociedade em geral. Então, o discurso tem que ser cuidadoso, zeloso, para não descaracterizar tudo aquilo que nós fazemos, produzimos, plantamos e lutamos dentro das nossas Unidades. Com relação ao calendário, nós temos que garantir os 200 dias letivos para as crianças, a nós funcionários público temos que cumprir o que está no Estatuto. Talvez as pessoas achem que eu estou falando isso porque hoje estou na gestão, mas não. Antes de ser gestão eu sou Pedagoga da rede há 27 anos e eu sempre brigo por isso, a Educação deve ser valorizada. Nós que estamos dentro da Educação não podemos construir um discurso de descrédito para nós mesmo.” A Presidente Ana Lucia retoma a fala em concordância: “Exatamente, eu sempre falo isso, Clicie. Se nós não valorizarmos a nossa carreira, as pessoas não vão valorizar o professor. E aí começa nessas ações que é, se eu parei um dia, eu tenho que ter o compromisso que vou repor esse dia porque tive a responsabilidade e decidi que iria parar, então, agora, eu tenho que repor. Eu tenho que pensar que tenho que repor porque eu não dei as aulas daquele dia, portanto preciso dar as aulas porque o direito da criança está acima do direito do professor. É direito da criança receber essas aulas. Aquilo que eu falei, Marilza, pode ser que tenham planejado a Festa Junina interna durante aquela semana no último dia, tem muitas que organizam por ser o último dia, fazer a Festa Junina, e aí acabaram então tirando da sexta-feira para ter aula normal e na segunda-feira fazer a Festa Junina. Isso não tem problema, o que não pode fazer é a Festa Junina na segunda-feira aberta a comunidade. Isso não pode acontecer. E nem contar que o sábado que eu marquei a minha Festa Junina como dia letivo porque os Diretores tiveram uma formação e eu conversei com a Cris, nós vamos trazer essa mesma pessoa que vai trazer a Legislação Legal para colocar que se dentro da escola, o dia letivo não pode ter vendas cobradas. Não pode realmente. Nós estamos falando de um dia letivo de uma escola pública, então como que vai vender e cobrar lá dentro? Isso realmente não pode. Mas isso é uma fala que a própria Advogada Dra. Angela, provavelmente seja ela, e ela irá fazer com os Diretores para poder explicar. Então, nós também temos que ter este cuidado. Por exemplo, eu recebi o convite do Narciso Mendes que vai fazer uma Festa Julina no dia 09 e eu disse: ‘Como você vai fazer no dia 09?’ e ela disse: ‘Ana, eu estou dentro do período letivo porque eu não fechei. Eu

vou fechar segunda-feira porque os nossos profissionais optaram pelo dia de segunda-feira no dia 11 para poder fazer e fechar o último do calendário.’ E é realmente isso, se eu não tiver a aula repostada, o calendário não está fechado. Então tem que fechar sim o primeiro semestre com aula. E nós enquanto Conselho entende que não é uma hora extra. O entendimento Legal disso não é a hora extra.” A Conselheira Marilza colocase: “Exatamente, foi a minha indisposição hoje. Hoje foi apertado a respeito disso e foi o que eu disse: ‘Gente, nós podemos ser convocado, nós temos direito a 30 dias de férias, nós temos dias a mais, nós podemos ter convocação extemporânea, tem tudo isso que pode ser feito. O calendário é para as crianças, para a comunidade, eu também entendo que gerou hora extra.’ E trabalharam porque tinha uma linear e era dia de trabalhar.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “Exatamente, não tinha como chamar o transporte e a alimentação para poder atender essas crianças. Eu decidi algo e agora eu vou cumprir aquilo que eu decidi. Não fomos nós. Inclusive eu coloquei assim: ‘Samia, eu entendo completamente, ficou bem difícil para o Sindicato, eu me solidarizo com você. Mas enquanto Conselho Municipal é necessário sim nós fazermos essa cobrança. Essa data do dia 11 chegou para esta reunião. Ela não chegou antes para nós. Inclusive teve Pedagogos que começam a mandar mensagem para mim no individual: ‘e o Conselho? Vai permitir que seja feita no dia 11? O Conselho não pode interferir na data?’ Na data não, gente. A menos que seja colocado em uma data no meio do recesso, aí nós poderíamos sugerir que fosse no primeiro dia. Mas dizer que não pode ser colocado nessa data, não tem como a gente dizer que não porque ela não está errada. E essa decisão de data. E essa decisão de dizer a data como bem diz na nossa Deliberação, o Secretário decidiu, é a melhor data por uma questão que lógico que foi feita a pesquisa, mas é mais coerente em relação a logística de alimentação e transporte, o pessoal tem que pensar nisso porque é muito fácil estar lá e pensar que é só dispensar e chamar de novo. Tem uma logística que não é tão fácil de lidar, mexe com vários Departamentos aí, mas o pessoal não entende. Realmente essa data é melhor, o dia 17 seria um ponto facultativo, mas o próprio pessoal escolheu. Claro que teve gente que votou para o dia 17, mas a maioria ganhou para o dia 11. Então, ficou para o dia 11. Logisticamente, é melhor dia 11 porque no ponto facultativo envolveria outras profissionais que não fizeram greve e que teriam que atender essas Unidades. Será que é justo isso? É isso que o pessoal tem que pensar. E pensar ‘é retaliação colocada no dia 11.’ Tem outros profissionais que não teriam esse atendimento no dia 11 e vão estar envolvidos para atender, não estão reclamando, mas vão atender. E aí? Como é que fica esses profissionais que atenderam normalmente no dia 17 quando teve a paralisação? Então, o pessoal tem que ter aí bastante cuidado quando se coloca, principalmente o Sindicato. Uma pena que não tenha as pessoas aqui, mas eu fiz todas essas colocações para o SINSEP. Nós fizemos sim essas colocações e acho que é importante nós deixarmos registrado. O Secretário, referente ao dia 11/07 nós só precisamos aprovar com reposição e fechamento do calendário. Como ela tem que passar pelo Conselho agora, se alguém é contrário, nós vamos fazer a votação agora. Porque assim, para nós enquanto Conselho, nós precisamos aprovar que fecha esse calendário e que no dia seja colocado para a reposição dessas crianças. É o dia letivo, é isso para nós. Por isso eu sempre coloco essas questões. A questão de briga sobre o dia, o Sindicato pode conversar. Mas é uma autonomia e direito da Secretaria, através do Secretário essa determinação. Assim como é o calendário, nós não dizemos como deve ser, nós dizemos o que deve conter dentro do calendário, mas nós não vamos dizer que a aula não pode começar no dia 05.” *Nesse momento a conexão cai. Após uns minutos a internet volta e a Presidente Ana Lucia retoma a fala: “Pronto, voltei. Vamos continuar, nós precisamos só homologar essa data de 11/07. Então preciso saber se aprova ou não.” A votação inicia e os votos concordantes com a reposição no dia 11/07 foram dos Conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Queila Cristina I. Batista Martins, Raquel Santana, Rodrigo Cardozo Gomes, Angela Branco Guimarães, Clície Maria Cancelier Negoseki, Luiz Carlos Costa da Silva, Eliel Dantas de Almeida e

Leila Gonçalves de Carvalho, totalizando 10 votos. A homologação é dada como aprovada. A Presidente Ana segue a reunião: “Nós temos as Unidades de Ensino e eu vou fazer a leitura aqui. A escola Efrata fez o encaminhamento da mudança de mantenedora. Tá saindo de Centro de Educação Efrata e a mantenedora vai passar a ser Lídia Gonçalves Educação Infantil e Fundamental. Eu fiz a análise da documentação e está tudo em dia, veio com o Parecer também da Divisão de Estrutura e Funcionamento. Quando vem com Parecer favorável, nós apresentamos para vocês. portanto, a análise aqui está correta, o credenciamento do processo do Centro de Educação Efrata também para a oferta da Educação Infantil está certa dentro do que é exigido. O CEI Nova Conexão pede renovação do credenciamento, também tem Parecer favorável, está dentro da documentação Legal pela análise feita. A Unidade Terra Mater está trocando a sua dominação, é a mudança de dominação da Unidade, ele deixa de ser Terra Mater para ser Dom Bosco Unidade São José dos Pinhais e também está com o Parecer favorável. Essas são as 3 escolas particulares, alguém dos Titulares é contrário a mudança de dominação do Terra Mater para Dom Bosco, renovação de credenciamento do CEI Nova Conexão e a Escola Efrata que pede credenciamento para Educação Infantil e a mudança de mantenedora? Está dentro da Legislação Legal, não há nada que impeça. Alguém contrário?” Sem manifestações contrárias, a Presidente Ana Lucia Rodrigues dá os processos como aprovados. A Presidente Ana Lucia prossegue: “Aí nós temos a Madre Paulina, tem implantação da EJA na Educação Especial, ela também tem um Parecer favorável da Divisão de Estrutura e Funcionamento. Eu conversei também com o Rodrigo, na questão da documentação falta um outro documento, mas não impede da abertura da EJA para o segundo semestre na Madre Paulina, que é o atendimento para os estudantes da Educação Especial. Então, também nós colocamos aqui, são os mesmos Conselheiros, eu preciso saber se alguém é contrário, se houver alguém, apenas se manifestem no chat.” Sem manifestações contrárias, a Presidente Ana dá como aprovado a implantação da EJA na Escola Especial Madre Paulina. A Presidente Ana Lucia dá continuidade a reunião: “Depois nós temos as correspondências emitidas e recebidas que é o que nós encaminhamos e acabamos recebendo as respostas. Antes de começar com elas, eu só quero trazer para vocês sobre a questão da Instrução que nós trouxemos para votação, nós até discutimos a Instrução N°01/2019, que é ‘Não havendo retorno dentro de 15 dias corridos, a Unidade deveria encaminhar pedido para chamamento público com prazo de comparecimento de até 05 dias.’ Que era o pedido da Secretaria, mas nós fomos atualizar o documento e encontramos, não estava na publicação do Conselho, mas saiu em Diário Oficial esse encaminhamento, e dentro do que nós tínhamos dentro do Registro, tinha mais duas indicações e uma delas alterava o documento do chamamento público de 5 dias para 48 horas. Portanto, eu encaminhei novamente esse Ofício para o Secretário solicitando, então, que quando nós havíamos colocado 5 dias porque foi um pedido dele, nós colocamos que já havia um dizendo que nem era 5 dias, era 48 horas. E ele concorda, então ele pede que não havendo retorno dentro de 07 dias corridos, a Unidade deverá encaminhar pedido para chamamento público com prazo de comparecimento de até 48 horas. Como nós votamos para 07 dias e já está certo, 48 horas é o cumprimento que nós já temos, então mantemos as 48 horas. Eu trouxe aqui para vocês, nós vamos atualizar esse documento, não como uma Instrução, mas como uma Deliberação para ficar de forma correta as publicações Legais, porque a Deliberação entra como um documento um pouco mais rígido que uma Instrução. Então, eu precisei trazer isso para submeter a vocês porque nós precisamos deixar isso encaminhado para a Secretaria de Educação. O Secretário também encaminhou, nós fizemos várias solicitações em relação ao pedido de um agente administrativo aqui para o Conselho, porque é de conhecimento de todos que a Patricia saiu, mas ela não era administrativo, isso nós já viamos pedindo antes, antes da Patricia sair nós já pedíamos por um administrativo. É a pessoa que vai trabalhar. A Secretaria Geral não tem essa responsabilidade. Mas também como é previsto na Lei que além do Presidente, sendo ele Conselheiro, sendo

ele Servidor Efetivo e tendo mais dois que possam vir para o Conselho municipal de Educação, nós temos o direito de trazer mais duas pessoas Conselheiras. Havia eu e a Patricia, hoje só estou eu, Ana Lucia. Tem esse agente administrativo, mas também temos direito dos Conselheiros, a ampliação do quadro do Conselho é maior sim, nós temos o quadro pedagógico, temos o quadro administrativo e temos o quadro técnico também. Nós estamos ainda bem defasados com o funcionamento e é claro que isso prejudica os andamentos do Conselho. Nossa Conferência Municipal saiu em cobrança do Sindicato em relação a Conferência, nós temos várias questões que são as nossas reuniões de Câmaras, totalmente prejudicada, eu não tenho como fazer reuniões de Câmaras sozinha, nós precisamos sim dos atos e de todo esse acompanhamento porque não são decisões simples. O ano passado não foi possível fazer o encaminhamento de um administrativo porque nós tínhamos duas estagiárias, mas pelo menos nós conseguíamos ter um trabalho um pouco melhor. Esse ano só estamos com uma estagiária, não conseguimos outra estagiária, e a estagiária que é a Milene, ela entra de fêria agora que é nesse período de junho e ela vai para a escola porque ela tem um cumprimento, ela é estagiária de Pedagogia e ela precisa ir para a Unidade. Isso quer dizer que se eu não receber ninguém, aí sim eu vou ficar sozinha. Aí não tem como continuar, fica muito difícil pra mim. Eu ainda estou em tratamento e é muito complicado. Agora eu vou ler: 'Em resposta ao Ofício nº 50 e 51, informamos que conforme divulgado na rede intranet desse Município...' porque teve chamamento dia 27 na Educação, e nós conversando sobre, o Secretário havia dito que assim que houvesse um chamamento, um viria para o Conselho. então ele respondeu: '...foi solicitado através de recrutamento interno 2 agentes administrativos para a Secretaria, sendo 1 para disponibilizar a este nobre Conselho.' portanto, nós receberemos. Nós só vamos pedir a informação desta data, e nós iremos receber este agente administrativo. Precisei colocar isso aqui para vocês também. Agora tem as correspondências recebidas, a principal delas fala sobre o treinamento, hoje está sendo o treinamento da transição que nós já falamos, entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. É importante esse trabalho. O CEMAEE e o CAEP fizeram a apresentação do Plano de Ação para as famílias porque no dia do sábado letivo não foi possível devido os casos de COVID-19, mas eles fizeram essa apresentação do Plano de Ação para cumprir o que diz a Deliberação." Neste momento houve uma interferência durante a gravação. Na volta da gravação a Presidente Ana está falando: "A Deliberação nº19/2021 foi feita no período do ano passado entre a gestão que estava entrando e a que saiu. O Plano de Ação que era para ser entregue este ano, aí devido às questões, o primeiro sábado letivo que estava previsto teve os casos de COVID-19 e eram muitos, então foi suspenso para não ter uma reunião grande de pessoas. Mas aí foi feito durante o processo, então esse encaminhamento foi feito. Aí nós precisaremos encaminhar com a questão da formação porque as formações eram para ser previstas conforme o Art. 9º 'A formação para os Diretores, Diretores Auxiliares e Coordenadores dos Centros deverão iniciar no primeiro trimestre do calendário letivo de 2022 homologado pelo Conselho.' isso não aconteceu no primeiro trimestre e não vai acontecer no primeiro semestre porque estamos fechando. Então nós vamos repetir aí uma revisão para ver quando inicia esse processo porque os Diretores antigos, eles não tem tantos problemas, mas nós percebemos sim com os novos. Eles ainda têm bastantes dificuldades e eles precisam das formações, que eram as formações previstas feitas em 2018 e 2019, 2020 e 2021 não foram feitas, mas nós precisamos, nós estamos retomando isso para ter essas formações. Então nós vamos perguntar quando vai ser porque era para ter feito ou iniciado pelo menos uma no primeiro trimestre, mas não aconteceu. E nós sabemos que tem motivos para isso não ter acontecido, entre eles o problema que na Educação Infantil nós temos a falta de professores e tem Diretores dentro da sala de aula. Nós recebemos também da Estrela Guia informando que no período de 11/07 ao 22/07 eles estarão em atividade de Colônia de Férias. Eles são orientados que os professores têm direito de estar em recesso e que eles podem utilizar outros profissionais. Nós também recebemos o encaminhamento que no dia

interferência audiovisual na gravação. Áudio inaudível. um documento da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, dizendo que na 'Resolução nº123 da Câmara de 2022 foi criada a Procuradoria do âmbito da Mulher no âmbito Câmara Municipal de São José dos Pinhais, com a designação desta Vereadora que presente subscreve como Procuradora da Mulher e o Vereador Delegado Michel como Procurador Adjunto. E é da Vereadora e Procuradora da Mulher Fátima de Paula. Primeiramente, gostaria de destacar que, a Procuradoria da Mulher é o instrumento de promoção e defesa dos direitos das mulheres, bem como fiscalizador e fortalecimento das Políticas Públicas Municipais de enfrentamento a violência doméstica e familiar. O Órgão está aberto, ainda, para receber denúncias de discriminação e violência contra a mulher, promovendo os encaminhamentos necessários em busca de soluções rápidas e eficazes.' E aí ela pede o fortalecimento da rede de proteção às mulheres e solicita a Secretaria que seja feita a divulgação a todos os setores e o Secretário encaminhou também aqui para o Conselho Municipal de Educação para que a gente tenha este conhecimento. Também encaminhamos o Ofício nº61 que nós conversamos e deliberamos aqui na nossa reunião sobre a formação do Fórum que acontece em Aracaju, nós tivemos alguns nomes, fizemos o encaminhamento no dia 10 de junho e depois recebemos a resposta da SEMED no dia 14 de junho. Eu conversei com o responsável do setor, o Igor, e ***interferência audiovisual na gravação. Áudio inaudível.*** mas eu entrei em contato com a UNCME, como é uma formação somente para Presidentes, no máximo o Vice-Presidente deveria acompanhar, então, cada Município poderia levar, no máximo, duas pessoas. E como eu estava indo pela UNCME, então, 2 Conselheiros. Nós fizemos esse encaminhamento, mas não foi possível. Eu recebi a resposta no dia 23 que poderia somente duas vagas porque eles estavam fazendo levantamento, no mesmo dia eu conversei o Igor e eu disse 'Até amanhã, tudo bem, você pode fazer.' Mas aí no dia 23 nós fizemos o encaminhamento e a partir do dia 24, na verdade o Igor disse que até foi antes, teve problema na questão do financeiro, eu recebi o documento do Secretário e ele encaminhou hoje dizendo: 'Em resposta ao ofício nº61/2022 – CME/SJP informamos que o município encontra-se com o sistema de empenho e pagamentos parado desde o dia 24/06/2022 por razões técnicas, não havendo tempo hábil para os procedimentos necessários para a aquisição de passagem aérea, hospedagem e alimentação.' Este problema é porque houve troca de sistema para questão do holerite e a questão do pagamento. A Prefeita antecipou para o dia 14 o décimo terceiro e algumas pessoas, com a troca de sistema, ficaram sem receber, conforme o Igor me repassou. Teve pessoas que não receberam o pagamento e outras receberam dobrado. Então eles precisavam revisar, não tinha como fazer o processo de pagamentos e empenhos enquanto não resolver essa questão da folha de pagamento. Portanto, nós fomos informados em relação a isso. O Rodrigo e a Raquel que são os dois da lista ali colocados, eles não irão, não poderão, não é? Eles ficaram bem tristes porque queriam conhecer Aracaju também mesmo estando em formação, nós conhecemos. Mas haverá outro momento para isso. Eu, Ana Lucia, vou, neste momento eu paguei todas as minhas despesas porque depois que eu entro com o pedido para o ressarcimento. Ainda bem que eu consegui fazer isso porque se acontecesse isso, nós não iríamos ter ninguém. Eu estou indo também como coordenadora, mas é a única representação que temos de São José dos Pinhais. Eu sempre falo que sempre foi muito difícil conseguir com que os Conselheiros vá, sempre há algo que acontece que a gente não consegue ir. É sempre a mesma dificuldade na questão dessas liberações. Você quer falar, Rodrigo?" O Conselheiro Rodrigo se manifesta: "É rapidinho, Ana, eu só quero colocar assim que realmente, eu e a Raquel estávamos ontem conversando bastante, nós estávamos indo sim pela formação, não era por passeio mesmo que às vezes algumas pessoas pensam dessa formas, tanto que eu ainda não descartei a possibilidade de eu ir particular. Mas estou vendo aqui certinho." A Presidente Ana Lucia retoma com a fala: "Tem que ver com muito cuidado porque as passagens oscilam e tem passagens que

está 3.500 reais se você for ver. Então ficaria um preço muito alto até para uma Prefeitura para fazer isso agora, mesmo que estivesse me tempo hábil, é complicado a questão das passagens porque é de avião, não é? É um lugar muito longe. E 3.500 reais assim é bem complicado porque é ida e mais a volta, para voltar é um pouco mais barato, mas para ir está bem puxado. Certo? Então assim, nós recebemos a resposta que não foi possível. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa, mas eu acredito que é isso. Nós temos a devolutiva da SEMED em relação a quais são as Unidades que pararam integral e pararam parcialmente, que foi a solicitação que nós fizemos e nós recebemos este retorno. As nossas Deliberações foram publicadas, então agora só está faltando essa da Instrução. Acho que já podemos encerrar, não tendo mais o que tratar, não sei se vocês querem fazer alguma colocação. EU só preciso colocar uma coisa, dentro do Plano de Ação, já foi entregue o Infantil para o Departamento de Educação Infantil, o Especial para o Departamento de Educação Especial e o Fundamental não foi porque ainda tem uma Unidade que não entregou a Ata. Então, nós estamos aguardando isso para poder fazer o encerramento, fazer esse fechamento. E eu preciso colocar dentro das anotações que eu tenho aqui, duas coisas importantes. A primeira é, eu indiquei para entrar como representante do Conselho no Conselho do FUNDEB, mas eu vou sair. Então, colocando isso para vocês, quem estiver interesse, por favor se manifeste. Como nós temos poucos Conselheiros, eu vou deixar aberto para mais conselheiros que sejam nomeados e que talvez tenham interesse para entrar no Conselho do FUNDEB. Eu estou com a representação nacional, nós pegamos algumas representações grandes, eu entrei lá como Suplente até para ter um pouco mais de conhecimento, mas eu estou com dificuldade em acompanhar. Olhem, a Angela disse que tem interesse em entrar no Conselho do FUNDEB. Alguém contrário a Angela?” Não tendo posições contrárias, a Presidente Ana Lucia Rodrigues dá como indicação aprovada e conclui: “Vamos indicar a Angela então, eu vou fazer essa indicação. Agora tem mais duas questões importantes, eu conversando, a Hélia esteve aqui na Secretaria para conversar com a Diretora de Departamento, vocês sabem quem é a Hélia, foi a assessora, foi a Diretora Geral, a última Diretora Geral antes do Diego, e ela me perguntou: ‘Ana, está acabando a sua gestão do Conselho, você vai continuar? Eu disse que achava que não, só se houvesse troca de segmento. Ela disse que não, que poderia continuar, porque esse mandato é o primeiro mandato após a Lei. Então, todos os Conselheiros nomeados nesse mandato, têm o direito a recondução. Vamos encaminhar um documento para a PGM ou consultá-la, porque então, até junho de 2018, antes da Lei, ele só funcionava por Decreto. A partir de julho de 2018, ele funciona por Lei, ele é organizado por uma nova Lei. E tudo que começa por uma nova Lei, ela me informou que está iniciando novamente. Então é a Lei que organiza o Conselho e temos esse direito. Nós iremos consultar a PGM, para registrar as manifestações de recondução ou não de cada conselheiro. Para nos auxiliar, também temos alguns colegas que tem essa formação ou está terminando a formação em Direito, não é, Luiz?” O Conselheiro Luiz se manifesta dizendo: “Sim, Ana. A Lei é válida. Na verdade, acontece que como foi estabelecido pelo Decreto, hoje o que rege o Conselho é a Lei e não o Decreto mais. Então o decreto foi, digamos assim, só para ficar mais fácil de entender, feito com urgência ali para você poder fazer os trâmites que seriam necessários na época. Porém, agora saindo a Lei o que vale é a Lei, prazos e tudo e mais. Lógico que teremos o entendimento da PGM, mas a princípio, o entendimento legal, é esse”. Nenhum Conselheiro manifestou-se contrário à consulta e nem a recondução. A Presidente Ana Lucia inicia sua fala com uma interferência na gravação, quando retorna a Presidente Ana Lucia está falando: “Eu disse para ela que tinha dúvidas e ela disse que quem rege o Conselho agora é a Lei. Então é como se estive iniciando todo o processo que ele reorganizou. Aumentou número de Conselhos, reorganizou o formato, então ele é praticamente novo. Mesmo ele sido criado lá em 1993, a reorganização dele mudou e agora está por Lei. Então, vocês que entraram a partir de 2018, é pela Lei nova. E naquela época, o pessoal aí fala das questões das

nomeações, éramos para ser nomeados em outubro de 2018, nós fomos nomeados em abril de 2019. Para vocês verem o atraso que foi e que acontece na questão das nomeações. Isso não depende do Conselho. para finalizar, nós tivemos aí a CONAE, nós tivemos alguns participantes, aqui do Conselho nós tivemos a Raquel, o Rodrigo e a Miliana que não está. Foi uma Conferência puxada porque ela foi online, nós tivemos o primeiro dia híbrido, mas ela foi online na terça-feira e quarta-feira. Nós estivemos trabalhando lá durante esses 3 dias dentro da Secretaria de Estado de Educação. Amanhã nós temos que voltar lá para fazer alguns fechamentos. Foi uma Conferência muito importante de muitas discussões e agora ela vai partir para o Nacional, que é a Conferência Nacional de Educação que acontecerá em Brasília, no final de novembro, durante 3 dias: 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro. O Rodrigo irá, pois foi selecionado. É o Fórum de Educação que organiza toda a Conferência. Então são essas colocações.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece a participação de todos, deseja aos mesmos um bom recesso de julho e avisa que a próxima reunião está marcada para o dia 04 de agosto. Todos despedem-se e a 1ª Reunião Extraordinária do Pleno do ano de 2022 encerra-se. Eu Luiz Carlos Costa da Silva encerro esta ata, que será assinada por mim e pela Presidente conforme Deliberação CME/SJP nº 11/2020.

Em tempo: Foi feito a contagem dos votos em relação a indicação da Conselheira Ângela para o Conselho do FUNDEB, e verificou-se então, que não houve quórum. Sendo assim, a indicação foi anulada e a Conselheira comunicada.